

Governo prevê PIB negativo de 1% em 99

Orçamento está sendo revisto para incluir medidas fiscais, que serão anunciadas hoje

LU AIKO OTTA

BRASÍLIA – A economia brasileira encolherá 1% em 1999, de acordo com estimativas do próprio governo. Segundo fonte da equipe econômica, os técnicos que fazem a revisão da proposta orçamentária para o ano que vem trabalham com a hipótese de queda de 1% no Produto Interno Bruto (PIB). Até a semana passada, a hipótese era de variação nula do PIB, mas a Secretaria de Política Econômica reviu seus cálculos.

O projeto de lei orçamentário está sendo revisto também para que sejam feitos os cortes previstos no programa de ajuste fiscal, que o ministro da Fazenda, Pedro Malan, apresenta hoje. Quando o projeto de orçamento foi elaborado, em agosto, os técnicos trabalhavam com a hipótese de que o PIB crescesse 4% em 99. A nova versão do orçamento deverá seguir para o Congresso na próxima semana.

O ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega não acredita que o governo envie uma proposta orçamentária prevendo retração da economia em 99. "O governo tem de emitir sinais de otimismo", observou. Para ele, ao final, o governo preverá crescimento nulo do PIB. Mas a fonte da área econômica insiste em -1%. "Temos de ser realistas", disse. "Um orçamento conservador também ajuda a manter a disciplina fiscal."

Malan deverá anunciar as medidas à imprensa entre 11 horas e 11h30, mas não responderá a nenhuma pergunta. Os esclarecimentos serão prestados pelos secretários-executivos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Pedro Parente e Martus Tavares, às 15 horas. Ontem, os preparativos finais para o anúncio foram fechados numa reunião no ga-



O QUE DEVE SER ANUNCIADO

Medidas de ajuste fiscal

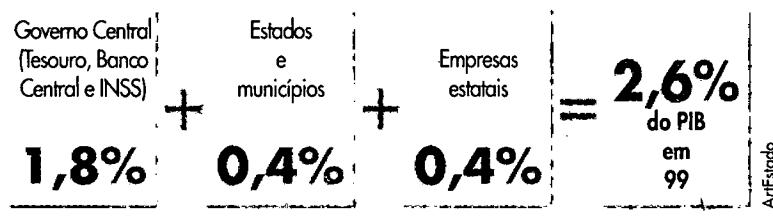
CORTE DE DESPESAS

- Redução de despesas de custeio e investimento em R\$ 8,7 bilhões, podendo chegar a R\$ 10 bilhões em 99
- Aumento da alíquota do FEF de 20% para 30% ou 40%
- Conclusão da votação da reforma previdenciária
- Aprovação das leis que permitirão aplicar os limites da Lei Camata sobre gastos de pessoal dos Estados e municípios

AUMENTO DE RECEITAS

- Contribuição previdenciária dos funcionários públicos inativos com alíquota de 15%
- Aumento da contribuição previdenciária dos funcionários públicos na ativa, de 11% para 15%
- Elevação da alíquota da CPMF de 0,20% para 0,35%
- Aumento do IR sobre ganhos de capital obtidos com venda de imóveis
- Prorrogação da alíquota extraordinária de 27,5% do IRPF, para rendas acima de R\$ 1.800,00 mensais
- Obrigatoriedade de declaração do IRPJ pelo lucro presumido e não mais pelo lucro real, fechando brechas à sonegação
- Elevação do IOF de 2% para 10%
- Cobrança do "imposto verde", sobre gasolina e álcool
- Criação do Imposto sobre Grandes Fortunas
- Cobrança de Cofins das instituições financeiras
- Redução de incentivos fiscais e subsídios

META DE SUPERÁVIT



binete de Parente, à qual compareceram o porta-voz da Presidência da República, Sérgio Amaral, o secretário-geral da Presidência, Eduardo Graef, e Tavares. Também estiveram na Fazenda o líder do governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PS-

DB-SP) e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, André Lara Resende.

Os cortes nas despesas de custeio e investimento no Orçamento de 99 serão os R\$ 8,7 bilhões anunciados em setembro. O total previsto para essas

despesas é de R\$ 43 bilhões. Os projetos na área de saúde e educação consomem metade desse valor. As duas áreas, tidas como prioritárias para o governo, não escaparão do corte, mas a cota de colaboração será menor, em termos porcentuais, do que a dos demais ministérios. Também estão sendo preservadas as verbas para tocar programas parcialmente financiados com recursos externos.

"No fim das contas, sobram cerca de R\$ 15 bilhões em cima dos quais se pode trabalhar", explicou um técnico. "Desse total, cortar mais do que os R\$ 8,7 bilhões é impossível." Por isso, segundo a fonte, o corte poderá ficar ligeiramente inferior ao previsto.

Os técnicos prevêem queda de receitas para 99, pois a redução da atividade econômica reflete diretamente na arrecadação de tributos. O valor, porém, não considera o efeito das medidas que serão anunciadas hoje, pois as mais importantes em termos de aumento de receitas – como o aumento da alíquota da CPMF e a obrigatoriedade de as empresas declararem Imposto de Renda com base no lucro presumido – dependem de aprovação do Congresso.

O governo precisará aumentar os impostos para conseguir, ao menos, manter o nível de arrecadação, comentou o economista Raul Velloso, especialista em contas públicas. A necessidade de o governo elevar a carga tributária fica mais evidente quando se considera que muitas das receitas ocorridas em 98 não se repetirão em 99. É o caso da tributação sobre recursos aplicados em fundo de renda fixa, que engordou o caixa em cerca de R\$ 1,9 bilhão neste ano. Originalmente, o governo previu receitas de origem não financeira de R\$ 168,7 bilhões em 99 – desses, a Receita recolheria R\$ 97 bilhões.

A estimativa de variação -1% é até otimista, comparada às feitas pelo mercado, que vão de -1,5% a -3%. "Tudo depende do que acontecerá com os investimentos, porque pelo lado do consumo não há possibilidade de melhora rápida", disse a economista Denise de Pasqual, da Tendências Consultoria Integrada.